



Conselho da Justiça Federal

RESOLUÇÃO N. 154, DE 28 DE SETEMBRO DE 2011.

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela [Lei Complementar n. 101, de 4/5/2000](#) (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando da atribuição que lhe é conferida pelo art. 10, inciso XXIII, do Regimento Interno, e em atendimento ao disposto no art. 54 da [Lei Complementar n. 101, de 4/5/2000](#), *ad referendum*,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal referente ao 2º quadrimestre de 2011, na forma do anexo, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, consoante previsto no art. 55, § 2º, da referida lei.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro ARI PARGENDLER

Publicada no Diário Oficial da União
De 29/09/2011 Seção 1 pág. 155



Conselho da Justiça Federal

ANEXO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2010 A AGOSTO DE 2011

[LRF](#), art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)	Total (c)=(a)+(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.485.746	24.534	5.510.280
Pessoal Ativo	4.779.247	21.883	4.801.129
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do próprio Órgão)	3.117	2	3.119
Sentenças Judiciais Com Precatório (do próprio Órgão e de outros da Administração Direta)	0	0	0
Demais despesas com Pessoal Ativo	4.776.130	21.880	4.798.010
Pessoal Inativo e Pensionistas	706.499	2.651	709.150
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do próprio Órgão)	3.109	0	3.109
Sentenças Judiciais Com Precatório (do próprio Órgão e de outros da Administração Direta)	0	0	0
Demais despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	703.390	2.651	706.041
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	728.408	22.986	751.394
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	2.716	1	2.717
Decorrentes de Decisão Judicial	3.124	2	3.126
Despesas de Exercícios Anteriores	70.697	22.555	93.252
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	651.872	427	652.299
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	4.757.338	1.548	4.758.886
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			552.733.063
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = [(III) / (IV) x 100]	0,860694%	0,000280%	0,860974%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1,631968%		9.020.427
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	1,550370%		8.569.405

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da [Lei 4.320/64](#);

b) Despesas empenhadas e não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da [Lei 4.320/64](#).

MAURÍCIO ANTÔNIO DO AMARAL CARVALHO
SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO

GUSTAVO BICALHO FERREIRA DA SILVA
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS



Conselho da Justiça Federal

EVA MARIA FERREIRA BARROS
SECRETÁRIA-GERAL